



**Companhia de Seguros do Estado de  
São Paulo - COESP**

**Demonstrações financeiras  
intermediárias em  
30 de junho de 2013**

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	3
Relatório da administração	6
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultado	8
Demonstrações de resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	12



**KPMG Auditores Independentes**  
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33  
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil  
Caixa Postal 2467  
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000  
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001  
Internacional 55 (11) 2183-3034  
Internet [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras intermediárias**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeira da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

### **Ênfases**

#### ***Continuidade***

Conforme nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, desde o exercício de 2007 a Companhia não mais comercializa novos seguros de pessoas e de bens, em virtude do processo de encerramento de seus negócios. Em 25 de julho de 2009, a Procuradoria Federal indeferiu pedido de reconsideração formulado pela Companhia contra o indeferimento do pedido de autorização prévia para ingressar em regime de liquidação voluntária. A reativação provisória de apólices do ramo vida em grupo por ordens judiciais ordenadas por juízes em decisões de tutela antecipada, medida cautelar ou medida liminar passaram a serem proferidas desde o exercício 2007, obrigando a Companhia a manter a cobertura securitária. Em 22 de dezembro de 2009 porém, a Lei Estadual nº 13.917 autorizou o Poder Executivo do Estado de São Paulo a alienar as ações de propriedade do Estado, representativas do capital social da Companhia, bem como deliberar a sua liquidação e subsequente extinção. Considerando o indeferimento do pedido de liquidação da Companhia pela Procuradoria Federal, a Administração da Companhia continua preparando as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Assim, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos ou a classificação de passivos bem como, seus efeitos no patrimônio líquido ajustado caso a Companhia venha a ser liquidada e subsequentemente extinta. Nosso relatório não contém modificação em relação a este assunto.

#### **Contratos de seguro em discussão judicial**

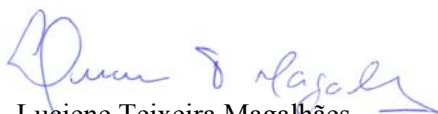
Conforme detalhado na nota explicativa nº 3.7 ii, por determinação judicial, determinadas apólices do ramo vida vêm sendo reativadas sem previsão de reajuste do prêmio por mudança de faixa etária dos segurados. A Companhia tem apresentado recursos contra essas decisões judiciais sendo incerto o desfecho final dos processos judiciais em curso. Para fazer face à possíveis desequilíbrios atuariais que possam se materializar caso as ações em curso sejam julgadas, em última instância, desfavoravelmente à Companhia, vem sendo constituída uma Provisão Complementar de Cobertura que monta em 30 de junho de 2013 a R\$ 6.867 mil. Essa provisão considera ações julgadas desfavoravelmente à Companhia, e outros pressupostos que estão descritos na referida nota explicativa. O valor dessa provisão é revisto periodicamente na medida em que as ações judiciais são julgadas nas diversas instâncias. Nosso relatório não contém modificação em relação a este assunto.

**Adesão ao plano de parcelamento de débitos federais**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, às demonstrações financeiras, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento ou pagamento de dívida, nos moldes do emanado pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 declinando do processo que discutia a constitucionalidade da Lei nº 8.981/95. Como previsto na referida Lei, a Companhia efetuou os trâmites legais restando a homologação dos valores, que dependerá de aprovação por parte das autoridades fiscais. Nosso relatório não contém modificação em relação a este assunto.

São Paulo, 26 de julho de 2013

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Luciene Teixeira Magalhães  
Contadora CRC RJ-079849/O-3

**Companhia de Seguros do Estado de São Paulo – COESP**  
**Relatório da Administração – 1º semestre de 2013**

No primeiro semestre de 2013, a Administração da Companhia, em continuidade a fase de encerramento das atividades operacionais da seguradora, concentrou seus esforços em preservar a sua situação econômico-financeira, bem como prosseguiu adotando as medidas necessárias para o cumprimento das obrigações legais e regulamentares.

Com base nesse cenário, a Companhia deu sequência aos procedimentos de adequação do nível das provisões técnicas e dos critérios de mensuração e quantificação dos ativos e passivos judiciais, sendo esses os fatores determinantes para o resultado registrado no período.

A Cosesp, cujo controle acionário é detido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, com 94,7% das ações, encerrou o semestre com Patrimônio Líquido de R\$ 190,7 milhões e ativos garantidores das reservas técnicas de R\$ 301,4 milhões.

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, empregados, fornecedores e clientes o apoio e a colaboração recebidos.

São Paulo (SP), julho de 2013.

**A Administração**

**COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 30 DE JUNHO DE 2013 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**  
**(Em R\$ mil)**

ATIVO	Nota Expli- cativa	30/06/2013	31/12/2012	PASSIVO	Nota Expli- cativa	30/06/2013	31/12/2012
<b>CIRCULANTE</b> .....		<b>308.301</b>	<b>322.765</b>	<b>CIRCULANTE</b> .....		<b>25.947</b>	<b>25.271</b>
<b>Disponível</b> .....		<b>5.044</b>	<b>4.333</b>	<b>Contas a Pagar</b> .....		<b>1.263</b>	<b>1.566</b>
Caixa e Bancos .....		30	164	Obrigações a Pagar.....	12.1	227	354
<b>Equivalente de Caixa</b> .....	5	<b>5.014</b>	<b>4.169</b>	Impostos e Encargos Sociais a Recolher .....	12.2	219	284
<b>Aplicações</b> .....	5	<b>301.626</b>	<b>316.338</b>	Encargos Trabalhistas .....	12.3	817	649
<b>Créditos das Operações com Seguros e</b>				Impostos e Contribuições .....	12.4	0	279
<b>Resseguros</b> .....		<b>771</b>	<b>1.300</b>	<b>Débitos de Operações com Seguros e Resseguros</b> ..	13	<b>181</b>	<b>197</b>
Prêmios a Receber .....	6.1	128	136	Prêmios a Restituir .....		8	4
Operações com Seguradoras .....	6.4	538	827	Operações com Resseguradoras .....		7	17
Operações com Resseguradoras .....	6.6	105	337	Corretores de Seguros e Resseguros.....		79	79
<b>Outros Créditos Operacionais</b> .....		<b>10</b>	<b>32</b>	Outros Débitos Operacionais.....		87	97
<b>Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas</b> .....	7	<b>132</b>	<b>131</b>	<b>Provisões Técnicas - Seguros</b>	14	<b>24.503</b>	<b>23.508</b>
<b>Títulos e Créditos a Receber</b> .....		<b>544</b>	<b>443</b>	Danos.....		3.088	2.366
Títulos e Créditos a Receber .....	8.3	267	319	Pessoas .....		21.415	21.142
Créditos Tributários e Previdenciários .....	8.1	70	70				
Outros Créditos .....	8.3	207	54	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b> .....		<b>200.915</b>	<b>204.056</b>
<b>Outros Valores e Bens</b> .....		<b>171</b>	<b>176</b>	<b>Contas a Pagar</b> .....		<b>869</b>	<b>970</b>
Bens a Venda.....		129	139	Tributos Diferidos.....	15	869	970
Outros Valores.....		42	37	<b>Provisões Técnicas - Seguros</b>	14.2	<b>163.621</b>	<b>167.821</b>
<b>Despesas Antecipadas</b> .....		<b>1</b>	<b>10</b>	Danos.....		47.357	48.925
<b>Custos de Aquisição Diferidos</b> .....		<b>2</b>	<b>2</b>	Pessoas .....		116.264	118.896
Seguros.....		2	2	<b>Outros Débitos</b> .....	17	<b>36.425</b>	<b>35.265</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b> .....		<b>109.212</b>	<b>112.733</b>	Provisões Judiciais .....		36.425	35.265
<b>Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas</b> .....	7	<b>10.100</b>	<b>10.981</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....	19	<b>190.651</b>	<b>206.171</b>
<b>Títulos e Créditos a Receber</b> .....		<b>89.845</b>	<b>92.127</b>	Capital Social.....		120.000	120.000
Créditos Tributários e Previdenciários.....	8.1	314	310	Reservas de Lucros.....		86.292	86.292
Depósitos Judiciais e Fiscais .....	8.2	88.869	91.130	(-) Ações em Tesouraria.....		(114)	(114)
Outros Créditos a Receber.....	8.3	662	687	Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários.....		(7)	(7)
<b>INVESTIMENTOS</b> .....	9	<b>6.836</b>	<b>7.068</b>	Prejuízos Acumulados.....		(15.520)	0
Participações Societárias.....		1.491	1.491				
Imóveis Destinados à Renda.....		5.345	5.577				
<b>IMOBILIZADO</b> .....	10	<b>2.160</b>	<b>2.220</b>				
Imóveis de Uso Próprio .....		1.582	1.650				
Bens Móveis .....		578	570				
<b>DIFERIDO</b> .....	11	<b>271</b>	<b>337</b>				
<b>TOTAL DO ATIVO</b> .....		<b>417.513</b>	<b>435.498</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b> .....		<b>417.513</b>	<b>435.498</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Em R\$ Mil, exceto o Prejuízo Líquido por Ação)

	Nota Explica tiva	30/06/2013	30/06/2012
Prêmios Emitidos .....	21	674	889
Variações das Provisões Técnicas de Prêmios.....	22	761	(4.923)
Prêmios Ganhos.....		1.435	(4.034)
Sinistros Ocorridos.....	23	(12.962)	(8.506)
Custos de Aquisição.....		2	1
Outras Receitas e Despesas Operacionais.....	24	(2.373)	(7.518)
Resultado com Resseguro.....		(285)	(200)
Despesas Administrativas.....	25	(4.580)	(4.597)
Despesas com Tributos.....	26	(505)	(499)
Resultado Financeiro.....	27	2.526	19.941
Resultado Patrimonial.....	28	696	653
Resultado Operacional.....		(16.046)	(4.759)
Ganhos ou Perdas com ativos não correntes.....		425	413
Resultado Antes dos Impostos e Participações.....		(15.621)	(4.346)
Imposto de Renda.....	30	63	63
Contribuição Social.....	30	38	38
<b>Prejuízo Líquido do Semestre.....</b>		<b>(15.520)</b>	<b>(4.245)</b>
Quantidade de Ações .....		120.000	120.000
Prejuízo Líquido do Semestre por Ação (lote de 1.000 ações) - R\$ .....		<b>(129,33)</b>	<b>(35,38)</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.





COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE  
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012  
(Em R\$ Mil)

	30/06/2013	30/06/2012
<b>Prejuízo líquido do Semestre.....</b>	<b>(15.520)</b>	<b>(4.245)</b>
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários.....	(7)	(7)
<b>Total do Prejuízo Abrangente do Semestre.....</b>	<b>(15.527)</b>	<b>(4.252)</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Em R\$ mil)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Ações em Tesouraria	Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
		Reserva Legal	Reserva Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2011	120.000	10.739	90.593	(114)	(7)	0	221.211
Prejuízo do Semestre	0	0	0	0	0	(4.245)	(4.245)
Saldos em 30 de junho de 2012	120.000	10.739	90.593	(114)	(7)	(4.245)	216.966
Saldos em 31 de dezembro de 2012	120.000	10.739	75.553	(114)	(7)	0	206.171
Prejuízo do Semestre	0	0	0	0	0	(15.520)	(15.520)
Saldos em 30 de junho de 2013	120.000	10.739	75.553	(114)	(7)	(15.520)	190.651

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**  
**SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012**  
**(Em R\$ Mil)**

	30/06/2013	30/06/2012
<b>Atividades Operacionais</b>		
<b>Prejuízo Líquido do semestre</b>	(15.520)	(4.245)
Ajustes para:		
Depreciações e Amortizações	463	431
Ganho na alienação de Imobilizado	0	(16)
Outros Ajustes	4	0
<b>Variações nas contas patrimoniais:</b>		
Aplicações Financeiras	14.712	9.338
Créditos das Operações de Seguros e Resseguros	550	(1.792)
Ativos de Resseguros	880	705
Créditos Tributários e Previdenciários	(4)	6
Depósitos Judiciais e Fiscais	2.262	24.319
Despesas Antecipadas	9	10
Custos de Aquisição Diferidos	(0)	(1)
Outros Ativos	(71)	(143)
Contas a Pagar	(404)	(620)
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	(17)	36
Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros	(3.205)	(11.842)
Provisões Judiciais	1.160	(16.132)
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais</b>	<b>820</b>	<b>54</b>
<b>Atividades de Investimento</b>		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	0	16
Pagamento pela Compra:		
Imobilizado	(109)	(26)
<b>Caixa Líquido nas Atividades de Investimento</b>	<b>(109)</b>	<b>(10)</b>
<b>Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>711</b>	<b>44</b>
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	4.333	48
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	5.044	92
<b>Aumento no Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>711</b>	<b>44</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (em R\$ mil)**

### **1. Contexto operacional**

A Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (“Companhia” ou “COSESP”) é uma sociedade de capital fechado, constituída em 29/09/1967, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP a operar na modalidade de seguros de pessoas e danos em todo território nacional, com sede na Rua Pamplona, 227, São Paulo/SP, e que tem como principal acionista a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Desde o exercício de 2007, a Companhia não comercializa novos seguros de pessoas e de bens, em virtude do processo de encerramento de seus negócios, mantendo apenas a emissão provisória de apólices do ramo vida em grupo por ordens judiciais em decisões de tutela antecipada, medida cautelar ou medida liminar, obrigando a Companhia a manter a cobertura securitária.

Uma vez determinada judicialmente a reativação da apólice, a operação caracteriza-se como uma operação de seguro, passando a Companhia a seguir as normas e critérios estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Em 25 de julho de 2009, a Procuradoria Federal indeferiu pedido de reconsideração formulado pela COSESP contra o indeferimento do pedido de autorização prévia para ingressar em regime de liquidação voluntária.

Em 22 de dezembro de 2009, o artigo 9º da Lei nº 13.286/2008, foi alterado com a publicação da Lei nº 13.917, que passou a autorizar o Poder Executivo do Estado de São Paulo a alienar as ações de propriedade do Estado, representativas do capital social da COSESP, mediante avaliação prévia e observadas as disposições aplicáveis da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como deliberar sobre a liquidação e subsequente extinção da COSESP, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e alterações posteriores.

A Administração da Companhia continua preparando suas demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade normal dos negócios, e, assim, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos ou a classificação de passivos, bem como seus efeitos no patrimônio líquido ajustado caso a Companhia venha a ser liquidada e subsequentemente extinta.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de julho de 2013.

## 2. Critérios de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando aprovados pela SUSEP. As demonstrações financeiras intermediárias estão sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecida pelo pronunciamento CPC 21.

Em 30 de junho de 2012, a COESP apresentou as demonstrações dos fluxos de caixa (DFC) pelo método direto. Em 2013, tendo em vista a opção apresentada pelo Anexo IV da Circular SUSEP nº 464/2013, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações pelo método indireto. Para fins de comparabilidade, o semestre findo em 30 de junho de 2012 está sendo apresentado pelo método indireto.

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico como base de valor, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

No 1º semestre de 2013, para a melhor apresentação dos saldos contábeis, a Companhia efetuou a reclassificação dos saldos de Equivalente de Caixa. Desta forma, os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2012 foram reclassificados, para fins de comparabilidade, conforme demonstrado:

ATIVO	Em 31 de dezembro de 2012		
	Saldos publicados 31/12/2012	Saldos reclassificados	Saldos após reclassificações
<b>CIRCULANTE</b> .....	<b>322.765</b>	<b>0</b>	<b>322.765</b>
<b>Disponível</b> .....	<b>164</b>	<b>4.169</b>	<b>4.333</b>
Caixa e Bancos .....	164	0	164
Equivalente de Caixa .....	0	4.169	4.169
<b>Aplicações</b> .....	<b>320.507</b>	<b>(4.169)</b>	<b>316.338</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b> .....	<b>435.498</b>	<b>0</b>	<b>435.498</b>

## **2.1 Moeda funcional e de apresentação**

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia atua, utilizada na preparação das demonstrações financeiras intermediárias, é o Real (R\$).

## **2.2 Estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As Notas Explicativas 3.1 – Contratos de seguros; 3.3 e 5 – Instrumentos financeiros; 7 – Créditos tributários e previdenciários, 14 – Provisões técnicas e 17 – Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

## **3. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias estão assim definidas:

### **3.1 Contratos de seguros**

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a reativação das apólices vem sendo efetuada por determinação judicial, sendo os riscos emitidos caracterizados como contratos de seguros.

### **3.2 Caixa e equivalente de caixa**

Incluem o saldo em caixa, os depósitos bancários e os investimentos financeiros que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e não são vinculadas à cobertura

de reservas técnicas, utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

### **3.3 Instrumentos financeiros**

A Companhia determina a classificação inicial de seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

#### **i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.

Os ativos desta categoria são classificados no ativo circulante independentemente do vencimento dos títulos. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações na mensuração ao valor justo dos respectivos ativos são registrados e apresentados na demonstração do resultado do exercício em que ocorrerem.

#### **ii) Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis compreendem ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são reconhecidos pelo valor justo, somados os custos de transação diretamente atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, e compreendem, substancialmente, os créditos das operações de seguros, resseguros e outros recebíveis. O critério para constituição para perda ao valor recuperável é de 60 dias.

#### **iii) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Incluem-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias anteriores.

O valor contábil dos títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria é ajustado ao valor justo, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas não

realizados registrados em conta do patrimônio líquido são apropriados ao resultado do período em que ocorrer a venda desses títulos.

#### **iv) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros**

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou a ausência de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do período correspondente.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Para os prêmios oriundos a contratos de seguros, uma provisão ao valor recuperável é constituída para os prêmios vencidos e não recebidos após 60 dias.

#### **v) Valor justo dos ativos financeiros**

As quotas do fundo exclusivo, lastreado em papéis do tesouro nacional, são valorizadas pelo valor da quota informado pelo administrador do fundo na data de encerramento do balanço que tem seu valor justo apurado a partir das tabelas de referência divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.



### 3.4 Créditos Tributários e previdenciários

Os créditos tributários decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda (IRPJ) e de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foram constituídos com base nas alíquotas vigentes na data base das demonstrações financeiras intermediárias.

A provisão para redução ao valor recuperável é constituída em atendimento a Circular SUSEP nº 464/2013.

### 3.5 Ativos de resseguros

Os ativos de resseguros compreendem, substancialmente, as parcelas correspondentes às indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto ao IRB-Brasil Re.

Uma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos por contrato de resseguro é constituída quando houver evidências objetivas de que os valores possam não ser recebidos e o valor da perda possa ser mensurado de forma confiável. A análise de recuperabilidade é realizada no mínimo a cada data de balanço.

### 3.6 Ativos não circulantes

#### i) Investimentos

É composto, substancialmente, por imóveis destinados à renda, e foram registrados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável.

#### ii) Imobilizado

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear.

As taxas utilizadas para cálculo da depreciação são as seguintes: Imóveis de uso e destinados à renda 25 (vinte e cinco) anos; Móveis, utensílios, máquinas e equipamentos 10 (dez) anos; e Equipamentos de informática e Veículos 5 (cinco) anos.

### iii) Ativo Diferido

O ativo diferido está demonstrado ao custo e a amortização é calculada pelo método linear, levando-se em consideração o prazo de 10 anos. A taxa anual de amortização das Despesas de Organização e Instalação é 10%. A amortização é calculada sobre o custo do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear.

## 3.7 Provisões técnicas

### i) Provisão de prêmios não ganhos – PPNG

É calculada em base “*pró-rata*” dia sobre os prêmios retidos correspondentes ao período de cobertura do risco ainda não decorrido dos contratos de seguros. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice de seguros ou de um endosso que modifique o valor do prêmio.

### ii) Provisão Complementar de Cobertura – PCC

A Provisão de Complementar de Cobertura (PCC) representa a necessidade de cobertura de possíveis insuficiências de prêmios para cobertura das obrigações futuras relacionadas aos contratos de seguros. Esta provisão contempla as apólices cuja reativação está determinada por decisão judicial oriunda daquelas apólices com renovação anual automática só rescindível por vontade do segurado sem previsão de reajuste do prêmio por mudança de faixa etária dos segurados.

A Companhia segmentou o grupo de apólices em dois grupos distintos:

- a) O primeiro está composto por apólices com ações transitadas em julgado desfavoravelmente à Companhia (Grupo A); e
- b) O segundo corresponde às apólices que não transitaram em julgado (Grupo B).

O cálculo para o Grupo A considera a cobertura dos contratos/apólices como sendo vitalícia, e monta em 30 de junho de 2013 em R\$ 2.352 (R\$ 2.790 em 2012).

A provisão para o restante das apólices (Grupo B), que não transitaram em julgado, representa a projeção dos prêmios à receber e das despesas correspondentes (fluxo de caixa), considerando, contudo, a vigência de doze meses, e monta em 30 de junho de 2013

a R\$ 4.515 (R\$ 4.829 em 2012), reconhecida em razão de incertezas relativas às futuras decisões judiciais.

O fluxo de caixa foi projetado como segue:

- ✓ Fluxo futuro dos sinistros a pagar (ocorridos e a ocorrer) com base na tábua de mortalidade BR-EMS. Adicionalmente, à obrigação primária de cobertura de morte, o cálculo também considera as coberturas adicionais, tais como IPA (Invalidez Permanente por Acidente), IPD (Invalidez Permanente por Doença) e cláusula cônjuge;
- ✓ Prêmios futuros, considerando a taxa de cancelamento zero, pela característica de apólices reativadas judicialmente;
- ✓ Comissões futuras, que, pela característica da carteira, que considera segurados reativados judicialmente, inexistente premissa relacionada ao corretor;
- ✓ Despesas administrativas futuras necessárias para manutenção das apólices, considerando a manutenção deste grupo de apólices até sua extinção.

O resultado da projeção futura de prêmios, deduzidas as despesas administrativas, judiciais e sinistros futuros, é trazido a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela SUSEP, utilizando o indexador de taxa pré-fixada e IGPM.

### **iii) Provisão de sinistros a liquidar – PSL**

A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos de indenizações prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras intermediárias. A parcela da referida provisão que se encontra em discussão judicial está classificada no passivo não circulante e a provisão é determinada de acordo com o estágio judicial de cada ação sendo atualizada monetariamente.

### **iv) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR**

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados pelos segurados/beneficiários. A metodologia considera os sinistros avisados, pagos ou ainda pendentes de pagamento, considerando eventuais ajustes decorrentes da regulação,

utilizando técnicas estatísticas e atuariais aplicadas sobre informações históricas para o período de 96 meses.

### **3.8 Teste de adequação de passivos – TAP**

A Companhia elaborou o TAP para as apólices vigentes na data de execução do teste em atendimento à Circular SUSEP nº 457/2012.

O teste de adequação de passivos foi efetuado considerando as premissas descritas no item 3.7. (ii) Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O cálculo realizado para a data-base de 30 de junho de 2013, apresentou insuficiência que foi registrada na rubrica Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

### **3.9 Passivos financeiros**

As obrigações a pagar aos fornecedores são obrigações demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridas até a data-base das demonstrações financeiras.

### **3.10 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

#### **i) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

#### **ii) Passivos contingentes (ações judiciais não relacionadas a sinistros)**

São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados

em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

### **iii) Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias**

Decorrem de um contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos), de uma legislação ou de outro dispositivo legal, e têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

### **3.11 Patrimônio Líquido**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

A recompra das ações próprias é registrada pelo valor pago incluindo o custo da transação, e apresentada como conta redutora do patrimônio líquido.

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

### **3.12 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 120 no semestre, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço.

## **4. Gerenciamento de risco**

### **4.1 Risco de subscrição**

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato onde há a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde há incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que advém de uma situação econômica adversa que contraria às expectativas da

entidade quanto à sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo de prêmios. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados.

Conforme mencionado nas Notas Explicativas 1 e 3.1, a Companhia subscreve riscos em função de decisões judiciais e, conseqüentemente, a medida que tais riscos não levam em conta o equilíbrio atuarial, uma Provisão de Complementar de Cobertura (PCC) é reconhecida.

#### **i) Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros**

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Companhia deve efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência desta. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR).

#### **4.2 Risco operacional**

O risco operacional é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de eventos externos, deficiências em contratos, descumprimentos de dispositivos legais, práticas comerciais inadequadas e indenização por danos a terceiros. Essa definição inclui o Risco Legal.

A Companhia mantém políticas definidas para as subscrições e pagamentos de apólices vigentes e um quadro funcional experiente no monitoramento e gerenciamento das obrigações atuais. Devido ao fato de a Companhia manter um restrito nível de subscrição, a estrutura administrativa é compatível às necessidades atuais para que o risco operacional seja igualmente monitorado *vis-à-vis* as competências necessárias.

A Companhia mantém suas operações concentradas no estado de São Paulo.

#### **4.3 Risco de crédito**

O risco de crédito ao qual a Companhia está exposta consiste na possibilidade da contraparte não cumprir com suas obrigações, financeiras ou não, causando perdas de benefícios econômicos à Companhia. As perdas estão relacionadas aos recursos que não mais serão recebidos.

O gerenciamento do risco de crédito financeiro da Companhia consiste, entre outros, no cumprimento do Decreto Estadual nº. 55.357, de 18 de janeiro de 2010, que determina que a COESP centralize as operações de natureza financeira, inclusive aplicações financeiras, exclusivamente no Banco do Brasil S.A. Em observância à legislação mencionada, os ativos financeiros da Companhia estão aplicados naquela instituição em um fundo exclusivo lastreado em papéis do tesouro nacional. Desta forma a única exposição ao risco de crédito dos investimentos da Companhia em 30 de junho de 2013 é o risco país, o qual é classificado com o rating interno "AAA" pela Agência Fitch".

#### 4.4 Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perdas financeiras por oscilação de preços, índices e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia.

O gerenciamento do risco de mercado da Companhia consiste no acompanhamento do *VaR* (*Value at Risk*) divulgado pela instituição financeira administradora do fundo exclusivo da Companhia, conforme tabelas abaixo:

Data	Valor Justo	VaR	VaR (%)
30/06/2013	306.519	15	0,0048%

Data	Valor Justo	VaR	VaR (%)
31/12/2012	320.384	20	0,0063%

#### 4.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de não existir recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre os seus compromissos.

Com o objetivo de gerenciar o risco de liquidez, a Companhia elabora fluxo de caixa com a previsão contínua das obrigações em comparação com a respectiva disponibilidade de recursos financeiros.

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos financeiros da Companhia segregados por prazo e utilizados para monitoramento do risco de liquidez.

<b>Ativos e Passivos Financeiros por Prazo (em R\$ mil)</b>				
<b>Descrição</b>	<b>30/06/2013</b>			
	<b>1 a 30 dias</b>	<b>31 a 180 dias</b>	<b>Prazo indeterminado</b>	<b>Total</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5.044	-	-	<b>5.044</b>
Aplicações	301.388	-	238	<b>301.626</b>
<b>Total dos Ativos Financeiros (1)</b>	<b>306.432</b>	<b>-</b>	<b>238</b>	<b>306.670</b>
Contas a Pagar	446	817	-	<b>1.263</b>
Débitos de Operações com Seguros	15	-	166	<b>181</b>
Provisões Técnicas de Seguros	24.503	-	163.621	<b>188.124</b>
Provisões Judiciais	0	-	36.425	<b>36.425</b>
<b>Total dos Passivos (2)</b>	<b>24.964</b>	<b>817</b>	<b>200.212</b>	<b>225.993</b>
<b>Total (1 - 2)</b>	<b>281.468</b>	<b>(817)</b>	<b>(199.974)</b>	<b>80.677</b>

<b>Ativos e Passivos Financeiros por Prazo (em R\$ mil)</b>				
<b>Descrição</b>	<b>31/12/2012</b>			
	<b>1 a 30 dias</b>	<b>31 a 180 dias</b>	<b>Prazo indeterminado</b>	<b>Total</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4.333	-	-	<b>4.333</b>
Aplicações	316.171	-	167	<b>316.338</b>
<b>Total dos Ativos Financeiros (1)</b>	<b>320.504</b>	<b>-</b>	<b>167</b>	<b>320.671</b>
Contas a Pagar	917	649	-	<b>1.566</b>
Débitos de Operações com Seguros	22	-	175	<b>197</b>
Provisões Técnicas de Seguros	23.508	-	167.821	<b>191.329</b>
Provisões Judiciais	0	-	35.265	<b>35.265</b>
<b>Total dos Passivos (2)</b>	<b>24.447</b>	<b>649</b>	<b>203.261</b>	<b>228.357</b>
<b>Total (1 - 2)</b>	<b>296.057</b>	<b>(649)</b>	<b>(203.094)</b>	<b>92.314</b>

#### **4.6 Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido**

Nos termos das Resoluções CNSP nº 222/10, 282/13, 228/10, 280/13 e 283/13 o capital mínimo requerido (CMR) para funcionamento das companhias é composto por um capital base e um capital adicional baseado nos riscos de subscrição, crédito e operacional. Até que o CNSP regule o capital adicional pertinente aos demais riscos identificados na regulamentação, a eventual insuficiência de patrimônio líquido ajustado (PLA) deverá ser aferida pela diferença do maior valor entre PLA e CMR e margem de solvência, na forma



estabelecida pela Resolução CNSP nº 55/01, como demonstrado abaixo para a data-base de 30 de junho de 2013:

<b>Descrição</b>	<b>30/06/2013</b>
(+) Patrimônio Líquido	190.651
(- ) Despesas Antecipadas	1
(- ) Participações Societárias	1.491
(- ) Ativo Diferido	271
<b>(=) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)</b>	<b>188.888</b>
a) Prêmios Retidos - últimos 12 meses (0,20)	308
b) Sinistros Retidos - últimos 36 meses (0,33)	6.841
<b>Margem de Solvência - a ou b, o maior (I)</b>	<b>6.841</b>
<b>Capital base</b>	<b>15.000</b>
(+) Capital adicional de risco de subscrição	4.604
(+) Capital adicional de risco de crédito	7.315
(+) Capital adicional de risco operacional	317
(- ) Deflator em função da correlação entre os riscos	(1.509)
<b>Capital adicional</b>	<b>10.727</b>
<b>Capital exigido para operar (base + adicional) (II)</b>	<b>25.727</b>
<b>Capital mínimo requerido (CMR) - maior entre I e II</b>	<b>25.727</b>
<b>Suficiência de capital (PLA - CMR)</b>	<b>163.161</b>

#### 4.7 Análise de Sensibilidade

Na presente análise de sensibilidade, consideramos o fator de risco taxa de juros, em função da relevância deste nas posições ativas e passivas da Companhia. As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na melhor estimativa de mudanças sobre esta premissa em um cenário e condições normais de mercado.

**i) Adequação de Passivo**

A tabela demonstra a mudança esperada da variável e impacto potencial sobre o resultado do exercício e o Patrimônio Líquido da Companhia em relação a Provisão de Complementar de Cobertura (PCC).

Fator de Risco	Sensibilidade	Impactos em 30/06/2013	
		Patrimônio Líquido	Resultado
Taxa de juros	+1,0%	249	249
Taxa de juros	- 1,0%	(284)	(284)

**ii) Investimentos**

O teste de sensibilidade apresenta o resultado da expectativa de mercado do aumento da taxa de juros aplicada de forma direta na rentabilidade do fundo de investimento exclusivo da Companhia. A análise de sensibilidade foi elaborada considerando o casamento dos ativos e dos passivos.

Fator de Risco	Sensibilidade	Impactos em 30/06/2013	
		Patrimônio Líquido	Resultado
Taxa de juros	+1,0%	1.420	1.420
Taxa de juros	- 1,0%	(1.427)	(1.427)

**iii) Sinistros**

O teste de sensibilidade apresenta o impacto da expectativa de aumento dos sinistros retidos no resultado do exercício e no Patrimônio Líquido da Companhia.

Fator de Risco	Sensibilidade	Impactos em 30/06/2013	
		Patrimônio Líquido	Resultado
Aumento dos Sinistros Retidos	+10,0%	715	715
Redução dos Sinistros Retidos	- 10,0%	(726)	(726)

## 5. Ativos Financeiros – aplicações financeiras e equivalente de caixa

A classificação e composição dos títulos e valores mobiliários estão assim apresentadas:

### i) Valor justo por meio do resultado:

Títulos	Vencimento (3)		30/06/2013	
	Em até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor Contábil/justo	Custo Atualizado
Quotas de fundos de Investimentos:				
<b>Fundos Exclusivos</b>	<b>242.682</b>	<b>63.720</b>	<b>306.402</b>	<b>307.374</b>
LFT	0	38.014	38.014	37.981
LTN	15.298	23.188	38.486	39.453
NTN	0	2.404	2.404	2.442
Operações compromissadas	227.423	0	227.423	227.423
Contratos de mercados futuros (1)	1	114	115	115
Tesouraria e contas a pagar	(40)	0	(40)	(40)
<b>Outras Aplicações (2)</b>	<b>238</b>	<b>0</b>	<b>238</b>	<b>238</b>
<b>Total</b>	<b>242.920</b>	<b>63.720</b>	<b>306.640</b>	<b>307.612</b>

Títulos	Vencimento (3)		31/12/2012	
	Em até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor Contábil/justo	Custo Atualizado
Quotas de fundos de Investimentos:				
<b>Fundos Exclusivos</b>	<b>282.680</b>	<b>37.660</b>	<b>320.340</b>	<b>320.384</b>
LFT	243.912	20.303	264.215	320.384
LTN	0	14.923	14.923	
NTN	0	2.434	2.434	
Operações compromissadas	38.768	0	38.768	
<b>Outras Aplicações (2)</b>	<b>167</b>	<b>0</b>	<b>167</b>	<b>167</b>
<b>Total</b>	<b>282.847</b>	<b>37.660</b>	<b>320.507</b>	<b>320.551</b>

(1) Associado as operações com os títulos públicos, especificamente a LTN – Letras do Tesouro Nacional e tem como objetivo a redução da exposição a riscos de mercado e de taxas de juros.

(2) Fundos retidos do IRB.

(3) A segregação entre as faixas de vencimento foi efetuada considerando o vencimento de cada título que compõe o fundo de investimento exclusivo.

### 5.1 Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros

i) **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

ii) **Nível 2** – Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

iii) **Nível 3** – Premissas, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Títulos ao valor justo por meio do resultado e equivalente de caixa	30/06/2013 Nível 2	31/12/2012 Nível 2
Fundos de Investimentos - Exclusivo	306.402	320.340
Outras Aplicações	238	167
<b>Total</b>	<b>306.640</b>	<b>320.507</b>

### 5.2 Aplicações financeiras e equivalente de caixa – movimentação

Título	Saldo em 31/12/2012	Aquisições	Alienações	Resultado Financeiro	Saldo em 30/06/2013
Quotas de Fundos de Investimentos	320.340	1.300	(25.656)	10.418	306.402
Outras Aplicações	167	71	0	0	238
<b>Total</b>	<b>320.507</b>	<b>1.371</b>	<b>(25.656)</b>	<b>10.418</b>	<b>306.640</b>

Título	Saldo em 31/12/2011	Aquisições	Alienações	Resultado Financeiro	Saldo em 31/12/2012
Quotas de Fundos de Investimentos	351.311	1.900	(60.023)	27.152	320.340
Outras Aplicações	194	0	(27)	0	167
<b>Total</b>	<b>351.505</b>	<b>1.900</b>	<b>(60.050)</b>	<b>27.152</b>	<b>320.507</b>

## 6. Créditos das operações com seguros e resseguros

### 6.1 Prêmios a Receber

Descrição	30/06/2013			31/12/2012		
	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Prêmios a Receber Líquido	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Prêmios a Receber Líquido
Garantia de Obrigações Contratuais	3	0	3	3	0	3
Vida em Grupo	662	(539)	123	680	(549)	131
Outros	25	(23)	2	25	(23)	2
<b>Total - Circulante</b>	<b>690</b>	<b>(562)</b>	<b>128</b>	<b>708</b>	<b>(572)</b>	<b>136</b>

### 6.2 Prêmios a receber por vencimento

Descrição	30/06/2013	31/12/2012
Vencidos	598	636
A vencer entre 1 e 30 dias	92	72
<b>Total - Circulante</b>	<b>690</b>	<b>708</b>

### 6.3 Movimentação dos prêmios a receber

<b>Prêmios pendentes em 01.01.2012</b>	<b>677</b>
Prêmios emitidos	2.102
Prêmios recebidos / baixados	(1.784)
Prêmios cancelados	(287)
<b>Prêmios pendentes em 31.12.2012</b>	<b>708</b>
Prêmios emitidos	885
Prêmios recebidos / baixados	(839)
Prêmios cancelados	(64)
<b>Prêmios pendentes em 30.06.2013</b>	<b>690</b>

#### 6.4 Movimentação das operações com seguradoras

<b>Operações com seguradoras pendentes em 01.01.2012</b>	<b>732</b>
Valores a recuperar	7.947
Valores recebidos / baixados	(7.852)
<b>Operações com seguradoras pendentes em 31.12.2012</b>	<b>827</b>
Valores a recuperar	3.063
Valores recebidos / baixados	(3.352)
<b>Operações com seguradoras pendentes em 30.06.2013</b>	<b>538</b>

#### 6.5 Operações com resseguradoras

Descrição	30/06/2013			31/12/2012		
	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Valores a Receber Líquido	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Valores a Receber Líquido
Sinistros pagos	731	(626)	105	1.242	(905)	337
<b>Total - Circulante</b>	<b>731</b>	<b>(626)</b>	<b>105</b>	<b>1.242</b>	<b>(905)</b>	<b>337</b>

#### 6.7 Movimentação das operações com resseguradoras

<b>Operações com resseguradoras pendentes em 01.01.2012</b>	<b>678</b>
Valores a recuperar	893
Valores recebidos / baixados	(329)
<b>Operações com resseguradoras pendentes em 31.12.2012</b>	<b>1.242</b>
Valores a recuperar	155
Valores recebidos / baixados	(666)
<b>Operações com resseguradoras pendentes em 30.06.2013</b>	<b>731</b>

### 6.8 Movimentação da provisão para riscos de crédito

A movimentação para risco de crédito das Operações com Seguros e Resseguros é demonstrada na tabela a seguir:

Descrição	Provisão para riscos de créditos			
	Prêmios a Receber	Operações com Seguradoras	Operações com Resseguradoras	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2012</b>	<b>556</b>	<b>80</b>	<b>529</b>	<b>1.165</b>
Provisões constituídas	32	-	456	488
Reversão de perdas	(16)	(80)	(80)	(176)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>572</b>	<b>-</b>	<b>905</b>	<b>1.477</b>
Provisões constituídas	21	-	103	124
Reversão de perdas	(31)	-	(382)	(413)
<b>Saldo em 30 de junho de 2013</b>	<b>562</b>	<b>-</b>	<b>626</b>	<b>1.188</b>

### 7. Ativos de resseguros – provisões técnicas

Descrição	Valores a Receber	
	30/06/2013	31/12/2012
Recuperação de sinistros - sinistros pendentes	10.117	10.986
Recuperação de sinistros - IBNR	115	126
<b>Total</b>	<b>10.232</b>	<b>11.112</b>
<b>Circulante</b>	<b>132</b>	<b>131</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>10.100</b>	<b>10.981</b>

Os valores a receber registrados na rubrica "Ativos de resseguros – provisões técnicas" referem-se à recuperação da parcela de resseguro dos sinistros em discussão judicial.

Os valores a recuperar são constituídos com base nos contratos firmados no passado com o IRB – Brasil Resseguros S.A. Os critérios para registro das respectivas recuperações são os mesmos utilizados para a constituição dos sinistros em discussões judiciais, ou seja, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a sua complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Assim como as obrigações registradas na rubrica Provisão de Sinistros a Liquidar no passivo não circulante, os valores são atualizados monetariamente até a data do balanço.

## 8. Títulos e créditos a receber

### 8.1 Créditos tributários e previdenciários

Descrição	30/06/2013	31/12/2012
Imposto de Renda e Contribuição Social a compensar	70	70
Prejuízo Fiscal / Base Negativa da CSLL	22.943	17.117
PIS a compensar	150	146
Créditos Previdenciários	164	164
(-) Redução ao Valor Recuperável	(22.943)	(17.117)
<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>380</b>
<b>Circulante</b>	<b>70</b>	<b>70</b>
<b>Não circulante</b>	<b>314</b>	<b>310</b>

O saldo referente à PIS a compensar decorre de crédito habilitado pela RFB – Receita Federal do Brasil, oriundo de ação judicial, na qual a Companhia questiona a legalidade da majoração da base de cálculo, introduzida pela Lei nº 9.718/1998.

A Companhia mantém registro de crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda (IRPJ) e de bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) relativos aos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013, cujo total monta R\$ 22.943. Em atendimento à Circular SUSEP nº 464/2013, a provisão de mesmo valor é constituída.

### 8.2 Depósitos judiciais e fiscais

Descrição	Sinistros	Cíveis e outros	Tributárias	Trabalhistas	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2012</b>	<b>75.680</b>	<b>18.458</b>	<b>14.187</b>	<b>4.504</b>	<b>112.829</b>
Depósitos no período	18.181	11.268	-	185	29.634
Baixa / levantamentos no período	(42.120)	(14.166)	-	(954)	(57.240)
Atualização monetária	3.715	884	879	429	5.907
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>55.456</b>	<b>16.444</b>	<b>15.066</b>	<b>4.164</b>	<b>91.130</b>
Depósitos no período	10.627	2.270	-	16	12.913
Baixa / levantamentos no período	(15.797)	(1.242)	-	(529)	(17.568)
Atualização monetária	1.392	477	351	174	2.394
<b>Saldo em 30 de junho de 2013</b>	<b>51.678</b>	<b>17.949</b>	<b>15.417</b>	<b>3.825</b>	<b>88.869</b>



A baixa / levantamento dos depósitos judiciais decorre do trânsito em julgado dos processos judiciais convertidos em pagamentos ao autor ou levantamento desses recursos a favor da Companhia.

### 8.3 Títulos e créditos a receber e outros créditos a receber

Descrição	30/06/2013	31/12/2012
Saldos bancários bloqueados por decisão judicial	58	53
Consórcio para Regularização do Mercado Segurador	591	592
Créditos operacionais diversos em processos judiciais	23.920	23.239
Outros créditos a receber	722	623
Provisão para riscos de créditos	(24.155)	(23.447)
<b>Total</b>	<b>1.136</b>	<b>1.060</b>
<b>Circulante</b>	<b>474</b>	<b>373</b>
<b>Não circulante</b>	<b>662</b>	<b>687</b>

### 9. Investimentos

Descrição	Taxa de Depreciação a.a.	30/06/2013	31/12/2012
Participações Societárias		1.491	1.491
Imóveis Destinados à Renda	4%	14.858	14.858
(-) Depreciação		(9.513)	(9.281)
Outros Investimentos		649	649
(-) Provisão para Desvalorização		(649)	(649)
<b>Total</b>		<b>6.836</b>	<b>7.068</b>

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/01/2013, foi deliberado a conversão das ações preferenciais em ordinárias do IRB.

A conversão das ações preferenciais em ordinárias faculta, aos atuais acionistas preferenciais, o exercício do direito de retirada da sociedade, conforme disposto no artigo 137, inciso I, da Lei nº 6.404/76.

A Companhia exerceu o direito de retirada do capital do IRB.

## 9.1 Movimentação do ativo não circulante – Investimentos

Descrição	Saldo residual 31/12/2012	Depreciação	Saldo residual 30/06/2013
Participações Societárias	1.491	-	1.491
Imóveis Destinados à Renda	5.577	(232)	5.345
<b>Total</b>	<b>7.068</b>	<b>(232)</b>	<b>6.836</b>

## 10. Imobilizado

Descrição	Taxa de Depreciação a.a.	30/06/2013	31/12/2012
Imóveis de uso próprio	4%	4.402	4.402
(-) Depreciação		(2.820)	(2.752)
Equipamentos de Informática	20%	2.739	2.739
(-) Depreciação		(2.386)	(2.345)
Sistemas Aplicativos	20%	2.506	2.397
(-) Depreciação		(2.406)	(2.394)
Equipamentos - Outros	10%	584	584
(-) Depreciação		(558)	(538)
Móveis, Máquinas e Utensílios	10%	896	900
(-) Depreciação		(830)	(812)
Veículos	20%	123	123
(-) Depreciação		(90)	(84)
<b>Total</b>		<b>2.160</b>	<b>2.220</b>

## 10.1 Movimentação do ativo não circulante – Imobilizado

Descrição	Saldo residual 31/12/2012	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo residual 30/06/2013
Imóveis de uso próprio	1.650	-	-	(68)	1.582
Equipamentos de Informática	394	-	-	(41)	353
Sistemas Aplicativos	3	109	-	(12)	100
Equipamentos - Outros	46	-	-	(20)	26
Móveis, Máquinas e Utensílios	88	-	(3)	(19)	66
Veículos	39	-	-	(6)	33
<b>Total</b>	<b>2.220</b>	<b>109</b>	<b>(3)</b>	<b>(166)</b>	<b>2.160</b>

## 11. Diferido

Descrição	Taxa de Amortização a.a.	30/06/2013	31/12/2012
Organização, Implantação e Instalação	10%	1.309	1.351
Amortização Acumulada		(1.038)	(1.014)
<b>Total</b>		<b>271</b>	<b>337</b>

## 12. Contas a pagar

### 12.1 Obrigações a pagar

Descrição	30/06/2013	31/12/2012
Pagamentos a efetuar diversos	227	354
<b>Total</b>	<b>227</b>	<b>354</b>

### 12.2 Impostos e encargos sociais a recolher

Descrição	30/06/2013	31/12/2012
IOF a recolher, IRRF retido na fonte, Imposto sobre Serviços – ISS, Contribuição Previdenciária e FGTS	219	284
<b>Total</b>	<b>219</b>	<b>284</b>

### 12.3 Encargos trabalhistas

Descrição	30/06/2013	31/12/2012
Férias a pagar	485	484
13º Salário	132	0
Encargos Sociais	200	165
<b>Total</b>	<b>817</b>	<b>649</b>

### 12.4 Impostos e encargos sociais a recolher

Descrição	30/06/2013	31/12/2012
PIS e Cofins a recolher	-	279
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>279</b>

### 13. Débitos de operações com seguros e resseguros

Descrição	30/06/2013	31/12/2012
Comissões e pró-labore sobre prêmios a receber	133	133
Outros	48	64
<b>Total</b>	<b>181</b>	<b>197</b>

### 14. Provisões técnicas – seguros e resseguros

#### a) Movimentação das provisões técnicas

Descrição	30/06/2013				
	Saldo inicial	Constituições Ajustes de Estimativas	Reversões Pagamentos	Atualizações	Saldo Final
Provisão de Sinistros a Liquidar (Administrativa / Judicial)	181.233	36.169	(43.961)	5.410	178.851
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR	2.406	127	(189)	0	2.344
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	55	347	(340)	0	62
Provisão Complementar de Cobertura - PCC	7.619	116	(868)	0	6.867
Provisão Complementar de Prêmios - PCP	16	0	(16)	0	0
<b>Total</b>	<b>191.329</b>	<b>36.759</b>	<b>(45.374)</b>	<b>5.410</b>	<b>188.124</b>

Descrição	31/12/2012				
	Saldo inicial	Constituições	Reversões Pagamentos	Atualizações	Saldo Final
Provisão de Sinistros a Liquidar (Administrativa / Judicial)	203.791	78.993	(112.031)	10.480	181.233
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR	2.614	151	(359)	0	2.406
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	31	965	(941)	0	55
Provisão Complementar de Cobertura - PCC	10.324	7.047	(9.752)	0	7.619
Provisão Complementar de Prêmios - PCP	30	58	(72)	0	16
<b>Total</b>	<b>216.790</b>	<b>87.214</b>	<b>(123.155)</b>	<b>10.480</b>	<b>191.329</b>

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC), registrada em 2012 sob o título de Provisão de Insuficiência de prêmios, apresentou no exercício de 2012 uma movimentação elevada em função de (i) redução da taxa de juros utilizada no cálculo dos fluxos projetados e (ii) decisões judiciais que contestavam a possibilidade de encerramento do contrato de seguro de forma unilateral, favoravelmente à Companhia. Esta decisão, dentro dos critérios estabelecidos em nota técnica atuarial própria, mencionados na nota explicativa 3.7.ii, possibilitou a reversão de parte da provisão.

#### b) Composição das provisões técnicas líquida de resseguro

Descrição	30/06/2013		31/12/2012	
	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	62	62	55	55
Provisão Complementar de Cobertura - PCC	6.867	6.867	7.619	7.619
Provisão Complementar de Prêmios - PCP	0	0	16	16
Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL	178.851	168.734	181.224	170.237
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	2.344	2.229	2.415	2.290
<b>Total</b>	<b>188.124</b>	<b>177.892</b>	<b>191.329</b>	<b>180.217</b>
<b>Circulante</b>	<b>24.503</b>	<b>24.371</b>	<b>23.508</b>	<b>23.377</b>
<b>Não circulante</b>	<b>163.621</b>	<b>153.521</b>	<b>167.821</b>	<b>156.840</b>

#### 14.1 Provisão de sinistros a liquidar – circulante

Descrição	30/06/2013		31/12/2012	
	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro
Saldo anterior	13.412	13.406	11.888	11.800
Sinistros avisados	2.294	2.283	4.564	4.500
Ajustes de estimativas	31	7	(1.620)	(1.567)
Pagamentos	(542)	(518)	(1.420)	(1.327)
Atualização monetária e juros	35	35	-	-
<b>Provisão de Sinistro a Liquidar</b>	<b>15.230</b>	<b>15.213</b>	<b>13.412</b>	<b>13.406</b>

#### 14.2 Provisão de sinistros a liquidar – não circulante

Descrição	30/06/2013		31/12/2012	
	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro
Saldo anterior	167.821	156.840	191.904	180.389
Novas constituições no período ou ajuste por alteração de probabilidade	33.844	32.931	51.809	44.445
Baixa da provisão por êxito ou alteração de probabilidade	(23.750)	(22.504)	(34.381)	(26.648)
Total pago no período	(19.669)	(19.593)	(51.991)	(51.234)
Atualização monetária e juros	5.375	5.847	10.480	9.888
<b>Provisão de Sinistro a Liquidar</b>	<b>163.621</b>	<b>153.521</b>	<b>167.821</b>	<b>156.840</b>

Os sinistros em discussão judicial no montante de R\$ 163.620 (R\$ 167.821 em 31/12/2012), estão provisionados na rubrica “Provisão de Sinistros a Liquidar – não circulante”, e são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, a sua complexidade e o posicionamento dos Tribunais e são atualizados monetariamente pelo INPC, acrescido dos juros simples de 0,5% a.m. até dezembro de 2002 e 1% a.m. a partir de 2003 até a data-base. Conforme segue, apresentamos a composição da responsabilidade total da Companhia dos sinistros discutidos judicialmente.

Chances de Ocorrência	30/06/2013			31/12/2012		
	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado*	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado*
Provável	952	105.455	105.488	951	100.218	100.218
Possível	1.486	152.796	75.235	1.786	178.356	85.466
Remota	1.024	121.008	0	973	98.664	0
<b>Total</b>	<b>3.462</b>	<b>379.259</b>	<b>180.723</b>	<b>3.710</b>	<b>377.238</b>	<b>185.684</b>

\* Valor bruto de cosseguro cedido.

### 14.3 Tabela de desenvolvimento de sinistro

Data do Aviso	2007	2008	2009	2010	2011	2012	1º sem 2013	Total
No final do ano da divulgação	66.204	20.380	7.627	5.542	4.755	4.131	1.792	110.431
1 ano depois	(9.065)	(1.903)	(1.182)	(208)	(514)	142		(12.730)
2 anos depois	3.062	703	375	85	266			4.491
3 anos depois	1.831	555	100	152				2.638
4 anos depois	1.230	1.311	61					2.602
5 anos depois	2.061	535						2.596
6 anos depois	1.278							1.278
<b>Sinistros acumulados</b>	<b>66.601</b>	<b>21.581</b>	<b>6.981</b>	<b>5.571</b>	<b>4.507</b>	<b>4.273</b>	<b>1.792</b>	<b>111.306</b>
Pagamentos acumulados	(56.459)	(14.794)	(4.199)	(2.324)	(845)	(975)	(229)	(79.825)
<b>Provisão de Sinistro a Liquidar</b>	<b>10.142</b>	<b>6.787</b>	<b>2.782</b>	<b>3.247</b>	<b>3.662</b>	<b>3.298</b>	<b>1.563</b>	<b>31.481</b>
PSL anterior a 2007								145.008
PSL Retrocessão - IRB								2.362
<b>Total da Provisão de Sinistro a Liquidar</b>	<b>10.142</b>	<b>6.787</b>	<b>2.782</b>	<b>3.247</b>	<b>3.662</b>	<b>3.298</b>	<b>1.563</b>	<b>178.851</b>

### 14.4 Garantia das provisões técnicas

Em cumprimento as normas vigentes, encontram-se vinculados em garantia das provisões técnicas, os seguintes ativos:

<b>Descrição</b>	<b>30/06/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Provisão de Prêmios não Ganhos	62	55
Provisão Complementar de Cobertura	6.867	7.619
Provisão Complementar de Prêmios	0	16
Provisão de Sinistros a Liquidar	178.851	181.233
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	2.344	2.406
<b>Total de Provisões Técnicas</b>	<b>188.124</b>	<b>191.329</b>
(-) Operações com Resseguradoras	(10.232)	(11.112)
<b>Total a ser coberto</b>	<b>177.892</b>	<b>180.217</b>
Quotas de Fundos de Investimentos	301.388	316.170
<b>Garantias das Provisões Técnicas</b>	<b>301.388</b>	<b>316.170</b>
<b>Suficiência</b>	<b>123.496</b>	<b>135.953</b>

## 15. Tributos diferidos

Refere-se ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre a reserva de reavaliação capitalizada. Os tributos incidentes sobre a reavaliação capitalizada totalizam R\$ 869 em 30/06/2013 (R\$ 970 em 31/12/2012).

## 16. Outras contas a pagar – não circulante - Adesão à Lei nº 11.941/2009

Refere-se ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre os resultados de 2000, 1998, 1996 e 1995, não recolhidos em virtude de demandas judiciais, que, atualizados pela taxa SELIC, montavam a R\$ 34.629 em 30/06/2009. O Poder Judiciário concedeu permissão em caráter liminar para a Companhia proceder à compensação integral dos prejuízos fiscais e de base negativa da Contribuição Social existentes em 31/12/1994, com os resultados apurados a partir de 1995, suspendendo assim o recolhimento do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro. Todavia, em 25/03/2009, o Supremo Tribunal Federal – STF decidiu pela constitucionalidade dos artigos 42 e 58, da Lei nº 8.981/95, que limitaram a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa da CSLL, extinguindo qualquer possibilidade de êxito da COESP nos processos judiciais mencionados. Em decorrência desses fatos, a Companhia, com a introdução da Lei nº 11.941/2009, que instituiu benefícios aos contribuintes para quitação de débitos junto a Procuradoria da Fazenda Nacional e da Receita Federal do Brasil, tais como redução de multa e juros, bem como a possibilidade de



restaurar e utilizar os prejuízos fiscais e base negativa da CSLL compensados anteriormente com base na liminar concedida pelo judiciário, considerando o posicionamento dos advogados patrocinadores para quitação dos processos judiciais com a utilização dos benefícios dessa Lei e com a anuência do CODEC – Conselho de Defesa dos Capitais do Estado, optou pelo pagamento à vista com a utilização dos prejuízos fiscais e da base negativa da CSLL para liquidação de multas e juros, no montante de R\$ 22.478. Ressalta-se que todos os tramites processuais com a adesão à Lei nº 11.941/2009 foram adotadas, restando, portanto, apenas a homologação dos valores pagos pela Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

## 17. Provisões judiciais

Os valores contabilizados são baseados nas estimativas elaboradas pelos advogados de forma individual, levando em conta a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, a sua complexidade, posicionamento dos Tribunais.

### 17.1 Provisões fiscais

#### INSS

Refere-se à autuação fiscal procedida pelo INSS, sob a alegação de não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre valores pagos em dinheiro a título de vale-transporte, conforme Processo do INSS NFLD-DECAD 35.435.224-5 de 15.03.2002. Para garantia da demanda, a Companhia possui depósito judicial atualizado no montante de R\$ 981 em 30 de junho de 2013. Para a demanda em questão a COESP obteve decisão parcialmente favorável.

Descrição	30/06/2013	31/12/2012
Provisões Fiscais	823	817
<b>Total</b>	<b>823</b>	<b>817</b>

### 17.2 Provisões trabalhistas

São processos de reclamações trabalhistas em curso, nos quais os advogados inferem, de forma individual, e entendem que a perda máxima provável alcance R\$ 10.908 (R\$ 11.763 em 31/12/2012).

Chances de Ocorrência	30/06/2013			31/12/2012		
	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado
Provável	36	10.908	10.908	38	11.763	11.763
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>10.908</b>	<b>10.908</b>	<b>38</b>	<b>11.763</b>	<b>11.763</b>

### 17.3 Provisões cíveis

São processos judiciais nos quais os advogados inferem, de forma individual, e entendem que a perda máxima provável atinja R\$ 24.693 (R\$ 22.685 em 31/12/2012).

Chances de Ocorrência	30/06/2013			31/12/2012		
	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado
Provável	113	24.694	24.694	90	22.685	22.685
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>24.694</b>	<b>24.694</b>	<b>90</b>	<b>22.685</b>	<b>22.685</b>

### 17.4 Movimentação das provisões judiciais

Descrição	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo anterior	817	11.763	22.685	35.265
Constituição	-	752	6.683	7.435
Reversão	-	(1.514)	(3.607)	(5.121)
Pagamentos	-	(554)	(3.005)	(3.559)
Atualização monetária e juros	6	461	1.938	2.405
<b>Total</b>	<b>823</b>	<b>10.908</b>	<b>24.694</b>	<b>36.425</b>

## 18. Ativos e Passivos contingentes

### Auto de infração

A Companhia foi autuada em imposto de renda no valor aproximado de R\$ 5.073, relativo à glosa de comissões sobre os seguros objetos do Decreto Estadual nº 50.890/68 (Fundo Rural). Para o auto em questão foi efetuado depósito em garantia que atualizado em 30/06/2013 montam R\$ 10.902. A classificação da probabilidade de êxito efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia é de possível.

## **PIS e COFINS**

A Companhia impetrou em 1999 ações judiciais nas quais questionava a legalidade da majoração da base de cálculo daqueles tributos, introduzidas pela Lei nº 9.718/1998. Estas ações judiciais foram transitadas em julgado com decisão favorável à Companhia. Com o reconhecimento judicial da inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, pleiteado nas ações judiciais, a Companhia apresentou pedidos de habilitação dos referidos créditos tributários dos exercícios de 1999 a jun/2009 junto a Receita Federal do Brasil - RFB.

## **19. Patrimônio líquido**

### **(a) Capital social**

Constituído por 120.000.000 de Ações Ordinárias Nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

### **(b) Reserva de lucro**

Constituída de acordo com o Estatuto Social, após considerar os dividendos obrigatórios, a reserva legal e os juros sobre o capital.

### **(c) Ações em tesouraria**

Aquisição de 67.644 ações ordinárias nominativas, pelo valor patrimonial, para manter em Tesouraria, sem redução do Capital Social, conforme Parecer CODEC nº. 021/2003 e Processo S.F. nº. 002-262990/1999;

### **(d) Dividendos**

O Estatuto Social determina a distribuição de no mínimo 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da lei, após deduções determinadas ou admitidas em Lei, bem como o pagamento sob a forma de juros sobre o capital próprio;

## **20. Principais ramos de atuação**

RAMOS	30/06/2013		30/06/2012	
	PRÊMIO GANHO	SINISTRO OCORRIDOS	PRÊMIO GANHO	SINISTRO OCORRIDOS
Vida em Grupo	1.442	9.365	(4.027)	8.935
Outros	(7)	3.597	(7)	(429)
<b>TOTAL</b>	<b>1.435</b>	<b>12.962</b>	<b>(4.034)</b>	<b>8.506</b>

## 21. Prêmios emitidos líquidos

Descrição	30/06/2013	30/06/2012
Prêmios Emitidos	885	1.023
Prêmios Cancelados	(64)	(89)
Prêmios Restituídos	(147)	(49)
Prêmios de Retrocessões	-	4
<b>Total</b>	<b>674</b>	<b>889</b>

## 22. Variações das provisões técnicas de prêmios

Descrição	30/06/2013	30/06/2012
Varição da Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	(7)	(31)
Varição da Provisão Complementar de Cobertura - PCC	752	(4.910)
Varição da Provisão Complementar de Prêmios - PCP	16	18
<b>Total</b>	<b>761</b>	<b>(4.923)</b>

## 23. Sinistros ocorridos

Descrição	30/06/2013	30/06/2012
Indenizações avisadas administrativas	(2.973)	(2.139)
Indenizações avisadas judiciais	(10.921)	(7.086)
Despesas com sinistros administrativos	(28)	(37)
Despesas com sinistros judiciais	(604)	(610)
Recuperação de sinistros	1.502	1.373
Salvados e Ressarcimentos	-	(8)
Varição da prov. sinistros ocorridos mas não avisados	62	1
<b>Total</b>	<b>(12.962)</b>	<b>(8.506)</b>

## 24. Outras receitas e despesas operacionais

Descrição	30/06/2013	30/06/2012
Provisões Judiciais	(1.853)	(5.019)
Provisão para Riscos de Créditos	(419)	(2.374)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(101)	(125)
<b>Total</b>	<b>(2.373)</b>	<b>(7.518)</b>

## 25. Despesas administrativas

Descrição	30/06/2013	30/06/2012
Despesas com Pessoal	(3.377)	(3.231)
Provisões Trabalhistas	82	(148)
Serviços de Terceiros	(521)	(479)
Localização e Funcionamento	(320)	(354)
Imobilizado	(231)	(200)
Publicações	(136)	(115)
Outras Despesas	(77)	(70)
<b>Total</b>	<b>(4.580)</b>	<b>(4.597)</b>

## 26. Despesas com tributos

Descrição	30/06/2013	30/06/2012
Despesas com Taxa de Fiscalização	(299)	(299)
Despesas com Impostos Municipais / Estaduais	(206)	(200)
<b>Total</b>	<b>(505)</b>	<b>(499)</b>

**27. Resultado financeiro** – O montante de R\$ 2.526 (R\$ 19.941 em 30/06/2012), tem a seguinte composição:

### (a) Receitas financeiras

Descrição	30/06/2013	30/06/2012
Receitas com ações	10	971
Quotas de Fundos de Investimentos	10.418	15.544
Operações de Seguros	17	7
Depósitos Judiciais e Fiscais	2.394	4.308
Outras Receitas	30	99
<b>Total</b>	<b>12.869</b>	<b>20.929</b>

### (b) Despesas financeiras

Descrição	30/06/2013	30/06/2012
Juros e Atualizações das Provisões de Sinistros	(5.883)	(4.757)
Juros e Atualizações das Provisões Civeis, Trabalhistas e Tributarias	(4.437)	3.791
Outras Despesas	(23)	(22)
<b>Total</b>	<b>(10.343)</b>	<b>(988)</b>

## 28. Resultado patrimonial

Descrição	30/06/2013	30/06/2012
Receitas com imóveis destinados à renda - alugueis	924	888
Despesas com depreciação / outras	(228)	(235)
<b>Total</b>	<b>696</b>	<b>653</b>

## 29. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05. A remuneração paga aos administradores, registrada na rubrica “Despesas administrativas”, referentes a benefícios de curto prazo, totalizou no 1º semestre de 2013 o montante de R\$ 432 (R\$ 430 em 30/06/2012).

Adicionalmente, a Companhia mantém contrato de aluguel com a Procuradoria Geral do Estado mediante pagamento mensal de R\$ 154.

## 30. Conciliação do imposto de renda e contribuição social

Descrição	30/06/2013		30/06/2012	
	IRPJ	CSL	IRPJ	CSL
Resultado antes de tributos e após participações	(15.621)	(15.621)	(4.346)	(4.346)
( +/- ) Ajustes temporários	725	725	(16.037)	(16.037)
( +/- ) Ajustes permanentes	298	302	(670)	(666)
<b>Base de cálculo dos tributos</b>	<b>(14.598)</b>	<b>(14.594)</b>	<b>(21.053)</b>	<b>(21.049)</b>
IRPJ à alíquota de 15% / Adicional de IRPJ à alíquota de 10%	-	-	-	-
Contribuição Social à alíquota de 15%	-	-	-	-
<b>Valor do IRPJ/CSLL</b>	-	-	-	-
Reversão / constituição de tributos diferidos	(63)	(38)	(63)	(38)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizados</b>	<b>(63)</b>	<b>(38)</b>	<b>(63)</b>	<b>(38)</b>

Os valores de ajustes temporários em 30/06/2012 referem-se, basicamente, à reversão de provisões judiciais indedutíveis da apuração do lucro real.

### **31. Normas emitidas e ainda não adotadas**

#### (a) IFRS 9 – Instrumentos financeiros

IFRS 9, "Instrumentos Financeiros", emitido em novembro de 2009, é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015 considerando que se trata de uma seguradora.

A adoção antecipada dessa norma está condicionada a aprovação pela SUSEP.

### **Subscritores das Demonstrações Financeiras**

#### **Conselho de Administração**

Andrea Sandro Calabi – Presidente

Hamilton Chohfi – Membro

Mauro Ricardo Machado Costa – Membro

Milton Luiz de Melo Santos – Membro

#### **Diretoria Executiva**

Hamilton Chohfi – Diretor Presidente

Gilberto Antonio Gonçalves Pucci – Diretor

#### **Responsáveis Técnicos**

Gilberto Antonio Gonçalves Pucci – Atuário MIBA nº. 1.044

Marcos da Paz da Silva – CRC 1SP218980/O-0